

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.771, DE 2009.

"Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça."

Autor: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Relator: DEPUTADO JOÃO DADO

I – RELATÓRIO

Propõe o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Projeto de Lei nº 5.771, de 2009, a criação de cem cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, cento e dez cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário, vinte e um cargos em comissão de nível CJ-3, seis cargos em comissão de nível CJ-2, sessenta e três funções comissionadas de nível FC-6 e treze funções comissionadas de nível FC-4 no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária de 4 de novembro de 2009, aprovou o projeto.

Na Comissão de Finanças e Tributação, nenhuma emenda foi apresentada ao projeto de lei.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este órgão técnico exclusivamente o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32, inc. X, inciso h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O projeto é compatível com a lei do Plano Plurianual para o período 2008/2011 (Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008) tendo em vista que as despesas correrão por conta das ações OC04 e 20AK previstas no Programa nº 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário.

No que se refere à compatibilidade do projeto à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o art. 169, § 1º, da Constituição dispõe que a

criação de cargos, empregos e funções só poderá ser efetivada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e, ainda, se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Em observância ao dispositivo constitucional, a Lei nº 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 – LDO/2010), consigna em seu art. 82 o disciplinamento desse dispositivo, remetendo ao anexo específico da Lei Orçamentária de 2010 a autorização para a criação de cargos, empregos e funções.

O PL nº 5.771/09 está autorizado expressamente na Lei Orçamentária para 2010 (Lei nº 12.214, de 26/01/2010), com a respectiva prévia dotação, como a seguir transcrito:

ANEXO V DA LEI Nº 12.214, DE 26/01/2010

ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 1,00

I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO:

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO, ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO		
		QTDE	DESPESA	
			EM 2010	ANUALIZADA (4)
2.8.2. PL nº 5.771, de 2009	313	76	3.388.000	6.775.000

Tendo em vista as exigências estabelecidas no art. 123 da LDO/2010 e art. 17, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, constam da justificativa as estimativas do impacto orçamentário-financeiro anualizado deste projeto de Lei, cujos montantes totalizam R\$ 6,3 milhões, 14,8 milhões e 5,5 milhões nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

Em face do exposto, VOTO pela **COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA** do Projeto de Lei nº 5.771, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2010.

DEPUTADO JOÃO DADO

Relator